

**CAPITAL, LUTA DE CLASSES E NOVAS LEITURAS DE MARX FRENTE À REALIDADE
PÓS-FORDISTA¹**

**CAPITAL, LUCHA DE CLASES Y NUEVAS LECTURAS DE MARX FRENTE A LA
REALIDAD POSFORDISTA**

**CAPITAL, CLASS STRUGGLE AND NEW READINGS OF MARX IN THE FACE OF POST-
FORDIST REALITY**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i2.61955>

Zaira Rodrigues Vieira²

Resumo: A luta de classes como aspecto secundário da obra de Marx é entendimento comum às Novas Leituras de Marx e à Crítica do Valor. Partindo da centralidade da categoria força de trabalho, o artigo ressalta, ao contrário, a importância da dominação e da luta de classes precisamente nos capítulos iniciais de *O Capital*. Distanciando-se das leituras acima, propõe-se, ainda, uma análise das transformações contemporâneas no mundo do trabalho que se aproxima do legado de Panzieri. O processo de proletarianização sem precedentes, que atinge classes e camadas sociais as mais diversas, aponta, nesse sentido, para uma dominação de classes sempre mais despótica e invasiva.

Palavras-chave: Luta de classes. O Capital. Marx. Pós-fordismo. Novas leituras de Marx

Resumen: La lucha de clases como aspecto secundario de la obra de Marx es comprensión común de las Nuevas Lecturas de Marx y la Crítica del Valor. Partiendo de la centralidad de la categoría fuerza de trabajo, el artículo destaca por el contrario la importancia de la dominación y la lucha de clases precisamente en los primeros capítulos de El Capital. Alejándose de las lecturas anteriores, también propone un análisis de las transformaciones contemporáneas en el mundo del trabajo que se acercan más al legado de Panzieri. El proceso de proletarianización sin precedentes, que afecta a las más diversas clases y capas sociales, apunta, en este sentido, a una dominación de clase cada vez más despótica e invasiva.

Palabras clave: Lucha de clases. El Capital. Marx. Postfordismo. Nuevas lecturas de Marx

Abstract: The class struggle as a secondary aspect of Marx's work is a common understanding of New Readings of Marx and the Critique of Value. Starting from the centrality of the labour-power category, the article instead highlights the importance of class domination and struggle precisely in the opening chapters of Capital. Distancing itself from the readings above, it also proposes an analysis of contemporary transformations in the world of work that are closer to Panzieri's legacy. The unprecedented proletarianization process, which affects the most diverse classes and social layers, points, in this sense, to an increasingly despotic and invasive class domination.

Keywords: Class struggle. The Capital. Marx. Post-Fordism. New Readings of Marx

Introdução

A luta de classes enquanto dinâmica social conflitiva fundada sobre a existência de classes sociais com poder e condições de vida completamente distintas, assimétricas, está presente, de alguma forma, em toda a obra de Marx. Dos manuscritos parisienses, passando pela *Ideologia Alemã*, *Manifesto Comunista* e por textos como a *Guerra Civil na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, por toda a crítica da economia política até chegar à *Crítica do Programa de Gotha*, o pano de fundo da dinâmica social analisada é precisamente o da dominação e luta de classes. O célebre entendimento com o qual se inicia o *Manifesto Comunista* – “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 40) – não é abandonado pelo Marx maduro, mesmo se, como pesquisador exímio e incansável, ele se concentra mais e mais sobre a formação social capitalista.

O modo de produção capitalista tem como pressuposto a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, o afastamento da população ativa em relação a suas condições objetivas de trabalho. Os indivíduos têm propriedade e controle sobre sua força de trabalho, mas não sobre as demais condições de sua atividade e existência, o que os constringe à troca de sua única mercadoria³ por dinheiro, a fim de garantirem tais condições. “A forma capitalista [...] pressupõe, desde o início, o trabalhador assalariado, livre, que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 2013, p. 409). A dinâmica social funda-se, antes de mais nada, sobre a “troca” entre capital e trabalho e sobre a existência destas duas classes principais: a que detém a propriedade dos meios de produção e a que, não a detendo, é compelida a submeter-se às condições e exigências impostas pela primeira. Nesse sentido, em Marx, “a classe não pode ser identificada com a origem dos rendimentos ou com a posição funcional no interior da divisão do trabalho” (GIDDENS, 2005, p. 71). Ela não tem origem na circulação ou distribuição. “As classes derivam da posição em que os vários grupos de indivíduos encontram-se frente à propriedade privada dos meios de produção” (Id., p. 72).

A forma das relações de classe demonstradas por Marx não é, porém, dicotômica ou simplista, como entendem muitos de seus críticos. Além da complexidade estrutural das relações constitutivas do capital e do trabalho, são analisadas e merecem sua atenção também diferentes frações de classe e agrupamentos complexos. Os agrupamentos presentes na sociedade capitalista incluem, por exemplo, as camadas médias, cuja conformação se altera com o desenvolvimento histórico das formas de acumulação do capital, e o lumpenproletariado, como eram denominados, por Marx e Engels, os indivíduos que não se integravam propriamente no sistema de classes. As demais classes, contudo, os proprietários fundiários, a pequena burguesia e o campesinato, tendem a ser absorvidas por aquelas representativas do capital e do trabalho. Dito de outra forma, a própria formação social capitalista tende a especificar-se e a determinar-se por essas duas classes principais.

Mais que uma simplificação para efeitos teóricos, a concepção marxiana de duas classes principais possui, assim, caráter ontológico. Ela reflete a tendência real de transformação e de absorção das demais classes em uma delas, em especial, no proletariado: “As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes, os que vivem de rendas [rentiers], artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado [...] Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população”

(MARX; ENGELS, 2010a, p. 47). Como veremos adiante, a tendência à proletarianização mostra-se, inclusive, cada vez mais atual⁴.

O objetivo deste artigo não é discorrer sobre o que se pode apreender de uma definição de classe social em Marx nem sobre o que já foi escrito a esse respeito por Lukács (2003), Poulantzas (1975; 1984), dentre outros importantes autores marxistas que trataram do tema. Vale acrescentar, no entanto, de forma sintética e apenas para efeito de introdução à problemática que será abordada, que tangenciando o tema da consciência de classe, definem ainda as classes sociais “condições idênticas, oposição idêntica e interesses idênticos [que] também tinham de provocar [...] costumes idênticos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63). A posição relativa frente à propriedade privada dos meios de produção e as coincidentes condições de vida, de interesses e, portanto, de oposição com as demais classes, dela decorrente, todos esses elementos confluem na constituição de uma classe social. “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe” (MARX, 1978a, p. 397). Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, explica ainda Marx: “A renda da terra é estabelecida pela *luta entre arrendatário e proprietário fundiário*. Por toda a parte encontramos reconhecidas, na economia nacional, a oposição hostil dos interesses, a luta, a guerra, como o fundamento da organização social” (MARX, 2010b, p. 64). E na *Ideologia Alemã*, o critério da luta de classes aparece, desta vez no que concerne à constituição da burguesia: “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Luta de classes e a obra marxiana

A luta de classes constitui, portanto, elemento importante da própria definição de classe social em Marx. Ela representa também um dos fundamentos da mudança social. Apesar de sua importância e como ocorre igualmente com outras categorias que norteiam sua obra, o autor não chega a desenvolver um tratamento sistemático do assunto. Não obstante, pode-se dizer de forma esquemática e abstraindo-se as diferenças existentes no interior do arcabouço teórico que desenvolve na trajetória de amadurecimento de sua crítica da economia política, que há ao menos duas formas principais segundo as quais a luta de classes aparece em seus escritos. A primeira é a que está presente nas passagens e textos de cunho propriamente histórico e a segunda aparece no interior de sua análise mais abstrata ou teórica, como a dos capítulos iniciais de *O Capital*⁵.

Escritos como *Lutas de classes na França*, os artigos sobre as *Lutas de classes na Alemanha*, *A Guerra Civil na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, entre outros, apresentam análises – algumas em coautoria com Engels – que dizem respeito ao contexto sócio-histórico e às posições, ideias e ações das diferentes classes e frações de classe envolvidas em cada um dos eventos específicos. Tais análises são marcadas pelo surgimento da classe trabalhadora no plano político e pelo desenvolvimento da concepção marxiana de emancipação humana como algo distinto da emancipação política, ou seja, das conquistas de direitos no interior da democracia burguesa. Marx expõe nesses escritos a natureza histórica, as características concretas

e as reivindicações de cada luta protagonizada pelo proletariado, bem como as possíveis alianças de classes e condições para a revolução social. A partir do quinto capítulo de *O Capital*, especialmente no capítulo sobre a jornada de trabalho, também é nítida a presença das classes e de seus respectivos tensionamentos e lutas.

Como iremos ressaltar, porém, as classes e sua dinâmica de dominação perfazem o pano de fundo da trama categorial de toda a crítica da economia política. No plano da obra descrito na Introdução de 1857 e que permanece válido em *Para a crítica da economia política*, o autor projeta a sua análise das “categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária [...] As três grandes classes sociais” (MARX, 2011, 61). Esse plano que atribuía a cada classe um livro específico⁶ será abandonado em 1862, ficando, a obra publicada, com o título de apenas uma delas: o capital. Isso não impede que as classes e sua forma específica de dominação, nessa sociedade, permaneçam como um dos fundamentos centrais mesmo na tessitura categorial mais abstrata da teoria do valor-trabalho, descrita nos quatro primeiros capítulos de *O Capital*.

Entre as problemáticas que marcaram a história do pensamento marxista, encontra-se precisamente a dialética e a importância relativa da análise estrutural das categorias e da luta de classes. “Tal oposição marcou a história do marxismo dividindo as correntes em dois campos reconhecidos como ‘estruturalistas’ (deterministas ou tecnologicistas) e ‘voluntaristas’ (culturalistas ou políticos)” (SARTELLI, 2013, p. 9). Os historiadores britânicos, especialmente Edward Thompson, e a estadunidense Ellen Meiksins Wood são alguns dos representantes dessa última versão e coincidem “na revitalização da luta de classes como elemento explicativo central da dinâmica histórica. Junto com a centralidade da classe operária na luta *contra o capitalismo e a construção do socialismo*” (ib., p. 8). Por sua vez, as Novas leituras de Marx – designadas, de agora em diante, NML [*Neue Marx-Lektüre*] – representam uma das vertentes situadas no primeiro campo. Também denominada *análise das formas*, essa reinterpretação de Marx tem por referência elementos presentes na obra do economista russo, Isaak Rubin, bem como a obra de Hans-Georg Backhaus, intitulada *Dialética da forma do valor*. A partir desse último trabalho, em que o autor desenvolve a linha mestra da leitura de Marx deixada por Adorno, ressalta-se que o potencial científico da abordagem marxiana não está na teoria do mais-valor e no aspecto da exploração, mas na análise do dinheiro e em sua relação com o fetichismo da mercadoria e o caráter autômato do capital.

Luta de classes e as Novas Leituras de Marx

De acordo com as NML, as classes são ressaltadas por um marxismo sociologizante ou *exotérico*, cuja perspectiva contempla a crença no potencial emancipatório do trabalho. Nessa caracterização de um marxismo a ser superado, inclui-se não apenas o marxismo clássico ortodoxo, mas também o “marxismo ocidental (Lukács, Korsch, Gramsci etc.), na medida em que não comungam da atribuição de sujeito revolucionário que esses [últimos] continuaram conferindo à classe trabalhadora” (VIEIRA, 2018a, p. 278). A crítica ao chamado *marxismo tradicional* estende-se, pois, a todo o marxismo que, até a década de 1960,

mesmo havendo criticado e realizado avanços em relação às perspectivas de Lenin, Engels e Kautsky, não incluía, nessa crítica, a abordagem da teoria do valor.

Não nos deteremos sobre esse ponto, mas antes de prosseguir, é necessário lembrar que a retomada da teoria do valor pelas NML faz-se pela recusa da determinabilidade do valor com base no trabalho enquanto dispêndio de força de trabalho. O valor tem aqui um fundamento *puramente social* determinado pela troca e pela forma mercadoria. Dito de outra forma, o valor tem existência simbólica (como nos *Grundrisse*) e não uma existência social real determinada pela produção (como em *O Capital*). O trabalho abstrato não é o tempo de trabalho socialmente necessário enquanto dispêndio individual de trabalho que vale como “dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade” (MARX, 2013, pp. 116-117), mas deriva da circulação. Ressalta-se a centralidade da forma valor, entendendo-se que o legado da crítica da economia política não está na gênese dessa forma a partir da substância, não está em mostrar a origem do dinheiro no mais-valor e na exploração do trabalho mas, sim, na teoria do dinheiro enquanto tal e em suas repercussões sobre a análise social. Para Elbe, Postone, Heinrich, entre outros, o legado de Marx consistira em mostrar a forma do trabalho, a forma social específica dessa atividade, que para eles é determinada pela troca⁷. Em síntese, “não é a teoria do mais-valor, mas a teoria da forma do trabalho que distingue Marx da economia política clássica” (ELBE, 2013).

Retomemos, assim, o argumento deste artigo. Embora o método de exposição de *O Capital* não seja considerado, por esses autores, exatamente irretocável ou autoexplicativo – Backhaus aponta que haveria, inclusive, uma explicação insuficiente de Marx quanto à passagem da *essência* (valor) à *existência mediaticizada* (valor de troca) no primeiro capítulo – e embora eles o entendam, em geral, como inteligível ou passível de compreensão desde que lido a partir de escritos precedentes, como os *Grundrisse*, quando o assunto são as classes ou a luta de classes, remete-se a ele como justificativa: “[...] o eixo lógico da exposição de Marx não sustenta a ideia de que a luta entre capitalistas e trabalhadores seja entre a classe dominante da sociedade capitalista e a classe que encarna o socialismo” (POSTONE, 2014, p. 375). *O Capital* inicia-se pela mercadoria e pela forma do valor. As classes e o aspecto da exploração não aparecem nos primeiros capítulos, razão pela qual argumenta também Kurz:

A obra principal de Marx não se intitula ‘A Classe’ e também não é por essa categoria que ela começa, mas, sim, por aquela da mercadoria [...] Em contraposição, é pela dedução sistemática das classes que *O Capital* termina e, ainda assim, como rascunho, pois, o terceiro volume restou, como se sabe, em estado de fragmento. Esta ordem já o diz: as classes são, no fim das contas, apenas uma categoria secundária e derivada na teoria de Marx (KURZ; LOHOFF, 2021, pp. 11-12. Tradução nossa)⁸.

Para ambas as correntes interpretativas, a Crítica do Valor e as NML, a dominação de classes é parte do fetichismo da mercadoria. A dominação sob a forma capitalista seria, na verdade, uma dominação abstrata, impessoal, uma dominação de estruturas sociais e, portanto, mais ampla e diversa em relação à dominação de classes.

A denominação de um marxismo *exotérico*, que parte da centralidade da exploração e da dominação de classes, distinguindo-se, assim, de um marxismo *esotérico* que, por sua vez, ressalta as estruturas sociais do modo de produção capitalista, tem por referência as *Teorias da Mais-valia*. Nessa obra, Marx exalta e

reconhece a cientificidade de uma economia política clássica que, sob a pena de Ricardo, parte da *fisiologia interna* constitutiva dessa sociedade ou, ainda, de seu *movimento real*, em contraposição àquela que, não tomando com clareza esse ponto de partida, se perde no *movimento aparente*.

O próprio Smith move-se com grande ingenuidade em contradição contínua. Ora investiga as conexões causais das categorias econômicas ou a estrutura oculta do sistema econômico burguês. Ora junta a essa pesquisa as conexões tais como se exteriorizam na aparência os fenômenos da concorrência, se manifestam, portanto, ao observador não científico e, do mesmo modo, ao que na prática está preso e interessado no processo da produção burguesa. Desses dois ângulos, um penetra no nexos causal, na fisiologia por assim dizer do sistema burguês; o outro apenas descreve, cataloga e relata, ajustando a definições esquematizantes, o que se revela externamente no processo vital, tal como se mostra e aparece: ambos, na obra de Smith, além de correrem num paralelismo ingênuo, se misturam e se contradizem de contínuo (MARX, 1980, pp. 597-598).

Nas NML e na Crítica do Valor, o movimento aparente ou exotérico não tem, contudo, o mesmo sentido que em Marx. Se, nesse autor, o aspecto fenomênico ou não mediado das formas sociais diz respeito às determinações da troca e ao que aparece de forma imediata aos agentes na circulação de mercadorias, nas NML, trata-se, ao contrário, da dominação e luta de classes – que, em Marx, corresponde ao movimento real. A partir do delineamento final da teoria do valor-trabalho, desencadeado pela descoberta da categoria força de trabalho, Marx entende, como veremos, o fundamento ou *fisiologia interna* da sociedade capitalista como dado da produção e não mais da circulação. A partir da descoberta mencionada, a extração de mais-valor no processo de produção é que dá forma às demais categorias essenciais, como valor e trabalho abstrato. Nesse sentido, a relação de exploração capital-trabalho constitui, em Marx, o movimento real, aquilo que explica as determinações do valor.

Nas NML, as estruturas são dissociadas da base concreta sobre a qual se assentam, seja ela a propriedade privada, as características físicas do capital (como instalações, matéria-prima, máquinas, etc.) ou a base concreta do valor (dispêndio de força humana). A dominação abstrata prescinde da exploração do trabalho e da definição do capitalismo com base na propriedade privada. A produção capitalista “é dirigida basicamente por um sistema de compulsões abstratas [...] que postula a produção como seu próprio objetivo. Em outras palavras, a ‘cultura’ que medeia a produção no capitalismo é radicalmente diferente da de outras sociedades na medida em que é ela mesma constituída pelo trabalho” (POSTONE, 2014, p. 213).

Segundo Postone, Marx considera “a formação social capitalista como uma forma de mediação social [...] que resulta na produção pela produção, e não para o consumo” (ib.). Essa análise toma, na verdade, perspectivas muito diversas da de Marx ao colocar em segundo plano aquilo que, no pensador alemão, fora trazido para o primeiro. Antes de expressar-se sob a forma de cultura e de apresentar-se aos indivíduos como produção pela produção⁹, a formação social capitalista tem por objetivo a extração de mais-valor, o que implica que se leve necessariamente em consideração o consumo, mas um consumo mediado pela troca, um consumo rentável.

De acordo com Marx, o processo global da produção capitalista envolve quatro momentos necessários e interligados: a produção *stricto sensu*, a troca, a distribuição e o consumo. Embora estejam dialeticamente interligados, cada um desses momentos possui especificidade e características próprias (cf. MARX, 2011). Se é na esfera da produção que tem origem as mercadorias, com seus respectivos valores de

uso e de troca, e se a troca é o momento em que elas se realizam, na medida em que realizam seu valor de troca, é no consumo, e apenas nele, que se realizam os valores de uso: “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2013, p. 114). Desta forma, também nas mercadorias, o valor de uso é imprescindível. O valor de uso não apenas subsiste, como é imprescindível na troca, já que não se vende aquilo que não tem utilidade alguma e que não será, portanto, consumido, seja na satisfação de necessidades de indivíduos, seja na satisfação de necessidades de Estados e do próprio capital, como no caso do lucro auferido pela indústria bélica, por exemplo. O consumo é o momento em que a reprodução social tem seu fim, ele é o extremo de todo o processo da produção, inclusive em sua forma capitalista.

Luta de classes em O Capital

Vejamos, pois, de que forma a problemática da dominação de classes aparece e se relaciona com o método e as categorias de *O Capital*. Conforme indicamos, os capítulos iniciais dessa obra não explicitam o conceito de classe. Neles, Marx expõe as determinações abstratas e fundamentais da sociedade capitalista, inicialmente, da forma como se manifestam aos indivíduos na troca simples de mercadorias. Tais categorias ou formas de existência – mercadoria, valor e valor de troca – pressupõem, de forma velada, a exploração do trabalho, o que será demonstrado, contudo, apenas a partir do quarto capítulo.

Nos três primeiros capítulos, Marx expõe o fundamento do valor partindo não diretamente de sua essência, “ou seja, do processo de extração de mais-valor, mas da forma que o tempo de trabalho socialmente necessário assume na circulação” (VIEIRA, 2012, p. 144). Por esse método de exposição, ele confronta as determinações centrais, a *fisiologia interna*, dessa sociedade com suas formas de manifestação. “Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde” (MARX, 2013, p. 125).

Categorias mais concretas, como as de salário e força de trabalho, são expostas apenas à medida que avança a exposição. Contudo, se Marx parte das categorias mais abstratas – por meio de uma exposição que confronta essas determinações centrais com suas formas fenomênicas –, sem demonstrar, de início, a relação social concreta de onde se originam, tal relação e suas categorias, mesmo não explícitas, estão pressupostas e constituem o núcleo fundante do arcabouço teórico de Marx. Vejamos, nesse sentido, o que diz o autor a propósito da categoria salário: “O leitor deve notar que não se trata aqui da remuneração ou do valor que o trabalhador recebe por, digamos, uma jornada de trabalho, mas sim do valor das mercadorias nas quais sua jornada se objetiva. A categoria do salário ainda não existe em absoluto nesse estágio de nossa exposição” (MARX, 2013, p. 122). A categoria salário ainda não foi abordada, o que não impede que a explicação diga respeito ao trabalho assalariado, ao trabalho de um operário que recebe dinheiro em troca de sua jornada de trabalho e, mais precisamente, à mercadoria em que se objetiva esse trabalho.

O mesmo vale para a categoria força de trabalho. Ainda que mencionada apenas após a aparição do *trabalho abstrato*, é precisamente ela que fornece a base para a compreensão desta última. Pois, “o tempo de trabalho socialmente necessário só pode ser explicado por Marx como restrição que se impõe a todo trabalho e

como determinação central da definição do valor (ou sua substância) a partir do desvelamento do caráter específico da troca entre o trabalhador e o capitalista” (VIEIRA, 2012, p. 267), vale dizer, mais precisamente, a partir da descoberta da categoria força de trabalho nos *Grundrisse*. Desvelada nas redações que antecedem *O Capital*, essa troca é explicitada, em toda a sua forma desigual e distante da harmonia com que se apresenta à superfície das relações mercantis, apenas na sequência da exposição dessa obra.

Nesse sentido, longe de ser parte de um fetiche (da mercadoria ou marxista), a exploração do trabalho é o fundamento escondido do início de *O Capital*:

As formas simples ou os conceitos genéricos não explicam, por eles mesmos, o segredo e as contradições compreendidas no valor, mas as escondem e as disfarçam: “é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (Marx, 2013, p. 150). (VIEIRA, 2012, p. 116).

O modo de exposição que demonstra a relação entre fenômeno (valor de troca) e essência (valor), entre forma e substância, inicialmente no interior das determinações da mercadoria, não altera em nada a importância e a centralidade da categoria força de trabalho e da relação de exploração subentendidas nessa essência, como irá mostrar Marx a partir do quarto capítulo.

Dominação de classes e a centralidade da força de trabalho

Na longa trajetória de pesquisa do pensador alemão em torno da sociabilidade capitalista e de seu núcleo fundante: o valor e suas formas de manifestação, a *força de trabalho* é a primeira forma sob a qual se delinea o conceito de trabalho abstrato. Em outros termos, é na *força de trabalho*, no “trabalho presente no tempo” (MARX, 2011, p. 212) ou na capacidade de trabalho, que aparece pela primeira vez o que vem a ser, depois, a substância do valor (substância essa que está presente em todas as mercadorias e não apenas na mercadoria força de trabalho). Ela aponta pela primeira vez, nos *Grundrisse*, para a forma do “trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua determinabilidade particular” (MARX, 2011, p. 230). A partir desta descoberta, a categoria trabalho será entendida como genérica e vaga por Marx. Desses manuscritos em diante, é a força de trabalho que se torna a categoria central. É ela que explica o mecanismo de dominação de classes que se encontra sob as formas sociais abstratas do capitalismo. O uso capitalista da força de trabalho é o que confere, portanto, realidade à abstração que, em *O Capital*, já não é mais uma abstração arbitrária ou apenas simbólica¹⁰.

Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção (MARX, 1978b, p. 137).

A leitura dos *Grundrisse* – manuscritos não publicados pelo autor, em que começam a apontar elementos importantes de suas descobertas no plano da teoria do valor, muitos dos quais tomarão forma definitiva apenas nas redações subsequentes – permitiu, às NML, colocarem o valor como tendo precedência sobre o capital e sobre a relação de exploração. A partir desses manuscritos, Backhaus irá

fundamentar o conceito de troca como abstração real, conforme apontava Adorno (cf. RIVA, 2013) e conforme aparecerá também em Postone e nos demais autores das NML. Entretanto, à medida que as descobertas e formulações de Marx ganham forma, a partir do segundo capítulo dos *Grundrisse* e especialmente em *Para a Crítica da economia política*, altera-se completamente o entendimento do autor acerca das categorias centrais relativas ao valor. Enquanto, nos *Grundrisse*, as determinações sociais do trabalho – o *tempo de trabalho socialmente necessário* ou *trabalho abstrato* – fundavam-se sobre a troca de mercadorias, em *O Capital*, elas se originam na produção. O que Marx revela aqui é a precedência do mais-valor, extraído nessa última, sobre o valor e da relação de exploração do trabalho sobre as relações mercantis.

Tendo em vista a própria definição da força de trabalho como mercadoria, como algo cujo valor de uso interessa apenas a quem dele se apropria por meio do dinheiro, não há como não subentender a exploração de classes nas categorias abstratas dessa relação, quais sejam valor, trabalho abstrato e forma valor. Para usar os termos de Heinrich, um dos expoentes das NML, mas que, nesse aspecto, destoa dos demais, “sem as considerações acerca da construção das categorias da crítica da economia política, a teoria marxista de classes não pode ser adequadamente compreendida” (HEINRICH, 2014, p. 35).

As NML recusam que a grande realização da teoria do valor de Marx tenha consistido em trazer a exploração e a desigualdade entre as classes para o arcabouço desta teoria. A partir da entrada em cena da categoria força de trabalho, no quarto capítulo, *O Capital* expõe, porém, precisamente o conflito intrínseco às estruturas sociais capitalistas, demonstrando sua origem na relação de trabalho. Os primeiros capítulos abordam a problemática no plano teórico, ou seja, num nível de abstração que busca explicar as leis que regem essa sociedade confrontando-as, ao mesmo tempo, com suas formas fenomenais. A lei ou estrutura interna fundamental do capitalismo, a extração de mais-valor por meio do disciplinamento da força de trabalho, repousa sobre a exploração de classes que não é visível à superfície, no plano formal dos contratos e da propalada liberdade e igualdade em que se esconde o mundo das abstrações. Um dos maiores méritos da obra de Marx consistiu justamente em mostrar a correlação desigual de forças como sendo intrínseca e não contraditória com a aparente igualdade vigente na troca de mercadorias.

Luta de classes e pós-fordismo

Como vislumbrou essa mesma obra de Marx, o avanço das forças produtivas não apenas não libertou ou suprimiu o trabalho, como caminhou pari passu com o “dispêndio aumentado de trabalho” (MARX, 2013, p. 460). Nesse sentido, autores do operaísmo italiano¹¹, como Panzieri e Vercellone, decifraram melhor a própria realidade pós-fordista na medida em que entenderam a necessidade de se ressaltar precisamente a oposição entre capital e trabalho. Em sentido oposto ao das análises das formas, Panzieri não apenas não abandona o entendimento sobre o caráter revolucionário e a necessidade de se ressaltar a luta de classes, como compreende que a luta pela emancipação da classe trabalhadora passa, antes de tudo, pela via material, mais precisamente pelo controle e poder sobre a produção e os meios de produção¹². A perspectiva emancipatória não tem a forma abstrata de um controle intelectual ou da defesa exclusiva do tempo livre. Representada de forma independente “da relação do homem com o processo

produtivo, da reapropriação do produto e do conteúdo do trabalho por parte do trabalhador, em uma sociedade de livres produtores associados” (PANZIERI, 2016, pp. 141-142), a emancipação humana seria apenas uma “mistificação”.

O fragmento sobre as máquinas dos Grundrisse¹³, que influenciou grande parte das leituras de Marx acima referidas – sem mencionar ainda o pensamento de Habermas, Gorz e dos autores da crítica do trabalho –, aponta para o fato de que, com a crescente presença da ciência e da técnica no interior do processo produtivo e, por conseguinte, o desenvolvimento do *general intellect*, isto é, das potencialidades sociais e intelectuais do trabalho, reduzir-se-ia drasticamente a importância do fundamento da produção do valor, ou seja, do trabalho vivo, nesse mesmo processo. De forma mais direta, uma das consequências do processo de automação, segundo Marx, é que a redução da necessidade de trabalhadores no processo imediato da produção representa um problema à valorização do capital que depende fundamentalmente da exploração de trabalho vivo. Partindo dessas passagens, as análises de Postone, Kurz e demais autores da Crítica do Valor, em suas respectivas interpretações do quadro geral do capitalismo na segunda metade do século XX, entendem que a base da produção da riqueza pode se tornar independente do valor. Com o presumido fim da base de apropriação do valor, seria necessário se pensar também o fim do trabalho de forma independente dos demais fatores envolvidos na produção da riqueza material, dentre eles, a propriedade privada. Contudo, não apenas o prognóstico do fim do valor não se concretizou, como a última revolução tecnológica tem servido ao propósito contrário de uma maior intensificação e exploração do trabalho.

Da mesma forma, o fim da proletarização parece cada vez mais distante. Tem se confirmado, sim, a tendência indicada por Marx de queda das camadas médias nas fileiras dos trabalhadores comuns, como mostra o exemplo acima da proletarização crescente dos advogados e que vale também para outras categorias profissionais como a dos médicos, cuja proletarização foi potencializada também, em alguns países europeus, graças ao processo de terceirização. Como aponta Veraza, o que ocorreu, nas últimas décadas, foi a proletarização completa da população mundial:

O clamor por ‘novos sujeitos’ em oposição à assim chamada missão histórico-universal do proletariado é bastante incoerente frente à proletarização absoluta da sociedade em processo de economicização crescente [...]. Assim, por exemplo, [...] a subordinação real do consumo ao capital generalizou a conversão da força doméstica feminina em força de trabalho funcional para a fábrica e a oficina tendo em vista estandardizar e expropriar melhor o consumo das massas. (VERAZA, 2008, p. 185).

As transformações pelas quais passou o modo de acumulação do capital e todas as mudanças tecnológicas e sociais que se sucederam ao esgotamento do modelo fordista/taylorista, a partir do desenvolvimento da microeletrônica, continuam repercutindo no mundo do trabalho. Não se trata de fechar os olhos para o aumento do desemprego nem para fatos como a migração de grande contingente de trabalhadores para o setor de serviços e atividades como as relativas ao cuidado. A esse respeito, parece-nos coerente o diagnóstico abaixo segundo o qual, mesmo essas mudanças, devem-se à centralidade do trabalho na produção de valor ainda vigente:

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho "mais intelectualizado" no interior das plantas produtivas modernas e de ponta, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidas intensamente na "era da empresa flexível" e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor. Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria "centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo", que, uma vez (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, 'procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)' (Tosel, 1995, p. 210)." (ANTUNES, 2005, p. 11).

A tese do refluxo do movimento sindical e das lutas no mundo do trabalho também foi e ainda é objeto de muita discussão desde a década de 1960. Em *Forças do trabalho*, obra que resulta de uma pesquisa sociológica de vários anos sobre o mundo do trabalho contemporâneo, afirma-se que, contrariamente a esta tese, houve uma curva ascendente dos movimentos de trabalhadores, em especial a partir dos anos 1990 e que novas classes trabalhadoras surgiram, "produziram movimentos poderosos baseados na expansão das indústrias de produção em massa" e foram, inclusive, " 'sujeitos-chave' por trás da disseminação da democracia no final do século XX" (SILVER, 2005, p. 23).

Sobre o diálogo da atualidade com a obra de Marx, a autora mostra como a narrativa, denominada *narrativa-mãe*, "uma narrativa linear generalizada, segundo a qual a proletarização necessariamente leva à consciência de classe e à (bem-sucedida) ação revolucionária" (SILVER, 2005, p. 34) é passível de desconstrução e crítica, na medida em que

[...] uma leitura do conjunto do vol. I de *O Capital* sugere uma progressão muito menos linear do poder da classe trabalhadora e fortemente consonante com a dinâmica contemporânea. O cerne do volume I pode ser lido como uma história da dialética entre a resistência operária [...] e os esforços do capital para vencer essa resistência, revolucionando as relações sociais e de produção [...] Tal leitura de Marx nos leva a esperar a transformação permanente da classe operária e da forma de conflito trabalho-capital (ib.).

A reflexão de Silver, em especial sua atenção sobre "a dialética entre a resistência operária" e "os esforços do capital" no sentido de transformar as relações de produção com vistas ao aumento da extração de mais-valor, nos remete novamente à posição do operariado segundo a qual o movimento operário está na base do próprio desenvolvimento e das transformações no interior das forças produtivas. Não entraremos no mérito dessa discussão, mas é importante sublinhar que se há, no interior do operariado e em outras vertentes e autores marxistas, uma posição considerada subjetivista ou idealista, que mitifica a classe operária como sujeito da história, há também análises que, como as de Panzieri, mesmo entendendo as lutas operárias como paradigma fundamental, não abandonam as bases materialistas legadas pela obra marxiana¹⁴ nem tampouco a teoria do valor trabalho, como o faz Negri. Como explica o autor: "O próprio progresso tecnológico apresenta-se, portanto, como modo de existência do capital, como seu desenvolvimento. 'Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois, a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo' (Marx, 2013, p. 494-495)." (PANZIERI, 2016, p. 131).

Em desacordo com a tese da dominação abstrata e impessoal, segundo a qual o capitalismo apresenta uma forma de dominação social "que submete os indivíduos a imperativos e coações estruturais

mais e mais racionalizados e impessoais. É a dominação dos indivíduos pelo tempo” (POSTONE, 2003, p. 30), a realidade contemporânea configura-se sob uma dominação de classes que se apresenta sempre mais despótica, invasiva e como controle crescente por parte do capitalista, tal como descreve Panzieri: “À medida que se apodera de estágios sempre mais avançados de progresso tecnológico, o processo de industrialização coincide com o incessante aumento da *autoridade* do capitalista” (PANZIERI, 2016, p. 131).

As mudanças tecnológicas têm se mostrado, de fato e cada vez mais, um “modo de existência do capital” estritamente vinculado a sua acumulação e beneficiando, de forma unilateral, a apenas uma classe ou fração de classe. Prova disso é a capitalização dos expedientes tecnológicos que se propõem a minimizar a catástrofe ambiental cujos efeitos começam a aparecer nas últimas décadas, como o carro elétrico, entre outros. Tais expedientes e paliativos, em geral, não solucionam nem minimizam os referidos efeitos precisamente porque, submetidos à lógica da acumulação capitalista e do benefício exclusivo de uma pequena fração de classe, terminam por acentuar ou criar novos problemas ambientais e sociais.

Nesse contexto de transformações técnicas e sociais que beneficiam, por um lado, uma sempre menor fração de classe e que, em contradição com a tese da abolição do trabalho bem como com a do trabalho imaterial¹⁵, aguçaram, por outro lado, as condições de controle e de exploração do capital sobre o trabalho vivo, a luta de classes mostra-se vigente e necessária.

Para concluir, chamemos a atenção para a passagem abaixo segundo a qual *O Capital* mostra uma sucessão de estágios em que, juntamente com a organização da produção, a organização da luta e das condições de luta são alteradas continuamente. E nesse sentido,

a percepção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos continuamente nos fornece um antídoto importante contra a tendência comum de sermos rígidos demais ao especificarmos quem faz parte da classe trabalhadora [...]. Portanto, em vez de enxergar um movimento ‘historicamente superado’ (Castells, 1997) ou uma ‘espécie residual e ameaçada de extinção’ (Zolberg, 1995), nossos olhos continuam abertos para sinais emergentes de uma nova formação da classe trabalhadora (SILVER, 2005, pp. 34-35).

Identificar as formas sociais contemporâneas tanto do capital quanto do trabalho, mais que simples tarefa sociológica, constitui aspecto importante para o enfrentamento do quadro complexo que se afigura no plano societário mundial, em que a crise estrutural do capital vem se configurando não mais exclusivamente como crise social e política, mas como ameaça ao próprio destino da humanidade e da vida no planeta.

Referências

- ADORNO, T. W. **Introdução à sociologia**. São Paulo: UNESP, 2007.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- ASTARIAN, B. Chapitre 6 - Moishe Postone: La valeur et la domination abstraite. **Hic Salta Communisation**, 2013. Disponível em: <https://www.hicsalta-communisation.com/valeur/chapitre-6-moishe-postone-la-valeur-et-la-domination-abstraite>. Acesso em: 11 jun 2024.
- BACKHAUS, H-G. Dialectique de la forme de la valeur. **Critiques de l'Économie Politique**, Paris, n. 18, 1974.

ELBE, I. “Between Marx, Marxism, and Marxisms – ways of reading Marx’s theory”. *Viewpoint Magazine*, out./2013. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>. Acesso em 10/06/2024.

CARLINO, F. Notes sur la socialisation du travail et la coopération. **Cahiers du GRM** [online] 11, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/grm/1009>. Acesso em 11 jun 2024.

GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

HEINRICH, M. Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 38, 2014.

HOMS, C. De quelques divergences entre Moïse Postone et la *Wertkritik*. **Critique de la valeur**, 2014. Disponível em: <http://critiquedelavaleur.over-blog.com/2014/03/de-quelques-divergences-entre-moishe-postone-et-la-wertkritik-par-clement-homs.html>. Acesso em: 11 jun 2024.

JAPPE, A. Avec Marx, contre le travail. **Palim-Psao**, 2009. Disponível em: <http://palim-psao.over-blog.fr/article-avec-marx-contre-le-travail-38186520.html>. Acesso em: 11 jun 2024.

KURZ, R.; LOHOFF, E. **Le Fétiche de la lutte des classes**. Paris: Éditions Crise & Critique, 2021

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, G. H. F., **Profissionais liberais e precarização: uma análise das atuais condições de trabalho do(a) advogado(a)**. Orientador Ildenilson Meireles. 119 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**. Vol. II. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2010b.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Le Capital**, livre premier, tome I. Paris: Éditions Sociales, 1971.

MARX, K. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, K. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

MARX, K. Prefácio. *In Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.

MARX, K. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PANZIERI, R. Sobre o uso capitalista das máquinas no neocapitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 42, 2016.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POSTONE, M. **Time, labor and social domination**. Cambridge: University Press, 1995.

POSTONE, M. **Marx Reloaded**. Madrid: Traficantes de Sueños/Bifurcaciones 1, 2005.

POSTONE, M. **Marx est-il devenu muet?** Paris : Aube, 2003.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, N. **Poulantzas – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

- RIVA, T. R. Teoria crítica della società? Critica dell'economia politica. Adorno, Backhaus, Marx. **Consecutio Rerum**, 2013. Disponível em <http://www.consecutio.org/2013/10/teoria-critica-della-societa-critica-delleconomia-politica-in-adorno-backhaus-marx/>. Acesso em 10 jun 2024.
- RIVA, T. R. Teoria del valore e ricostruzione dialettica. H.G. Backhaus e la critica dell'economia politica. In BACKHAUS, H-G. **Dialettica della forma di valore**. Roma: Editori Riuniti, 2009.
- SARTELLI, E. La niebla. In WOOD, E. M. **Una política sin clases? El post-marxismo y su legado**. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2013.
- SILVER, B. J., **Forças do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TOSEL, A. Centralité et Non-centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superflus. In BIDET, J.; TEXIER, J. **La Crise du Travail**. Actuel Marx Confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- TURCHETTO, M. Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano. **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, v.1, n.18, 2004.
- VANZULLI, M. Apresentação. In PANZIERI, R. Sobre o uso capitalista das máquinas no neocapitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 42, 2016.
- VERAZA, J. **Subsunción real del consumo bajo el capital**. Ciudad de México: Itaca, 2008.
- VIEIRA, Z. R. **Catégories et méthode dans la théorie de la valeur de Marx. Sur la dialectique**. 2012. Orientador: Jacques Bidet. 361 f. Tese de Doutorado em Filosofia. Université Paris Nanterre, Paris, 2012. Disponível em: <https://bdr.parisnanterre.fr/theses/internet/2012PA100198.pdf>. Acesso em: 17 jun 2024.
- VIEIRA, Z. R. As novas leituras de Marx e um velho problema da economia política. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 47, 2018a.
- VIEIRA, Z. R. **Trabalho e emancipação humana em Marx - os Grundrisse**. Campinas: Papel Social, 2018b.
- VIEIRA, Z. R. Operarismo italiano: análise crítica do desenvolvimento tecnológico e da posição do trabalho como fatores emancipatórios. In SEABRA, R. L.; KLEIN, S. (orgs.). **Marx 200 Anos - questões, debates e vigência**. Porto Alegre: Zouk, 2023.

Notas

¹ Este trabalho foi apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

² Pós-doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Filosofia pela Université Paris-Ouest Nanterre La Défense. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e autora do livro *Trabalho e Emancipação Humana em Marx - os Grundrisse*, publicado pela editora Papel Social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959725875147998> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9083-6562> E-mail: zaira.vieira@uemg.br

³ O adjetivo “única” possui, aqui, duplo sentido. A força de trabalho é a única mercadoria a que têm acesso e controle direto os trabalhadores, mas é também uma mercadoria especial, a única capaz de criar mais-valor.

⁴ Exemplo desse processo de proletarianização, na atualidade, é o que vem ocorrendo com os advogados. Até bem pouco tempo, considerados parte da chamada classe média, seja pelo rendimento, pelo status da profissão e formação, seja pelo tipo de trabalho executado, que pressupunha autonomia e exigia concepção e elaboração, esses profissionais vêm se tornando, em grande medida, empregados de grandes escritórios e realizadores de pequenas tarefas, cada vez mais parciais (cf. MARTINS, 2021).

⁵ Para uma leitura dessa distinção no interior de *O Capital*, cujas análises mais abstratas, presentes nos capítulos iniciais, distinguem-se das demais, consideradas mais concretas e, apenas nesse sentido, propriamente “históricas”, cf. VIEIRA, 2012.

⁶ No Prefácio que redige a *Para a crítica da economia política*, em 1859, Marx descreve o plano de sua obra – sobre a qual trabalhará, na verdade, ainda por mais oito anos antes de publicar o primeiro volume – da seguinte forma: “Considero o sistema da economia política burguesa nesta ordem: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial*. Nos três primeiros títulos examino as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa [...]” (MARX, 1978b, pp. 127-128).

⁷ É o “‘trabalho do indivíduo isolado’ que ‘assume a forma de generalidade abstrata’”, escreve Postone. “É precisamente o trabalho no capitalismo que tem uma dimensão diretamente social” (POSTONE, 2014, p. 66).

⁸ A perspectiva da Crítica do Valor, desenvolvida por Kurz, Scholz e demais membros do grupo que se organiza em torno do periódico *Krisis*, coincide, em diversos aspectos, com a das Novas Leituras de Marx.

⁹ O caráter autômato do capital é, na verdade, um aspecto de seu movimento aparente e não de seu movimento real. “A automaticidade do aumento do valor é uma aparência, atrás da qual vai-se encontrar a exploração do trabalho. [...] A reprodução da sociedade capitalista não é automática, mas resulta de uma relação contraditória entre as classes (ASTARIAN, 2013).

¹⁰ “O valor de troca parece ser, portanto, algo arbitrário e puramente relativo; um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria, parece ser, como diz a escola, uma *contradictio in adjecto* [...] Uma mercadoria particular, um quarter de trigo, por exemplo, troca-se nas proporções mais diversas com outros artigos. Contudo, seu valor de troca permanece imutável, qualquer que seja a maneira que o exprimamos, em x de graxa, y de seda, z de ouro etc.” (MARX, 1971, 52-3. Tradução nossa). Citamos essa passagem a partir da tradução francesa de Roy, que “possui um valor científico independente do original e deve ser consultada mesmo pelos leitores que têm familiaridade com a língua alemã” (MARX, 1971, p. 47), porque o último trecho aparece redigido de forma mais clara (cf. MARX, 2013, p. 114-5).

¹¹ Embora contemporâneo às análises das NML, o operaísmo diverge destas últimas especialmente quanto à centralidade que atribui à luta de classes. Sobre esse movimento teórico-prático que surge, na Itália, nos anos 1960, cf. TURCHETTO, 2004 e VIEIRA, 2023.

¹² Os autores pós-operaístas entendem, por sua vez, que no pós-fordismo ou capitalismo cognitivo a potencialidade imaterial do trabalho corresponde à base de produção da riqueza (cf. CARLINO, 2017), razão pela qual o trabalho, enquanto sujeito ou potencialidade emancipatória, também seria externo ao capital.

¹³ Cf. MARX, 2011, pp. 583-588.

¹⁴ A propósito da formação não idealista e não gramsciana de Panzieri, que o distingue da maioria dos intelectuais marxistas italianos de sua época, cf. VANZULLI, 2016.

¹⁵ De forma sucinta, a tese sobre o trabalho imaterial, presente em autores como Negri, Tronti, Lazzarato, Gorz, Virno, etc. é a de que o período correspondente à fase pós-fordista do capitalismo indicaria uma mudança radical no modo de produção na medida em que o trabalho assumiria um aspecto comunicacional e cooperativo. “No mundo contemporâneo, o trabalho seria algo que implica a subjetividade dos agentes de forma quase exclusiva e independente das determinações objetivas que o caracterizam – o que o teria transformado em processo comunicacional ou cultural” (VIEIRA, 2018b, p. 142)

Recebido em: 18 de jun. 2024

Aprovado em: 24 de jul. 2024